

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Por quase dois séculos, apesar da controvérsia provocada pela Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão encarnou a promessa de direitos humanos universais. Em 1948, quando as Nações Unidas adotaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, seu artigo 1.º dizia: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Em 1789, o artigo 1.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão já havia proclamado: “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”.

As origens dos documentos não nos dizem necessariamente nada de significativo sobre as suas consequências. Importa realmente que o esboço tosco de Jefferson tenha passado por 86 alterações feitas por ele mesmo, pelo Comitê dos Cinco ou pelo Congresso? A Declaração da Independência dos Estados Unidos da América (EUA) não tinha natureza constitucional. Declarava simplesmente intenções, e passaram-se quinze anos antes que os estados finalmente ratificassem uma Bill of Rights, muito diferente, em 1791. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão afirmava salvaguardar as liberdades individuais, mas não impediu o surgimento de um governo francês que reprimiu os direitos, e futuras constituições francesas — houve muitas delas — formularam declarações diferentes ou passaram sem nenhuma declaração.

Ainda mais perturbador é que aqueles que, com tanta confiança, declaravam, no final do século XVIII, que os direitos eram universais vieram a demonstrar que tinham algo muito menos inclusivo em mente. As pessoas não ficaram surpresas por eles considerarem que as crianças, os insanos, os prisioneiros ou os estrangeiros eram incapazes ou indignos de plena participação no processo político, pois pensavam da mesma maneira. Mas eles também excluía aqueles sem propriedade, os escravos, os negros livres, em alguns casos as minorias religiosas e, sempre e por toda parte, as mulheres. Em anos recentes, essas limitações a “todos os homens” provocaram muitos comentários, e alguns estudiosos até questionaram se as declarações tinham um verdadeiro significado de emancipação.

Os fundadores, os que estruturaram e os que redigiram as declarações, têm sido julgados elitistas, racistas e misóginos

por sua incapacidade de considerar todos verdadeiramente iguais em direitos.

Como é que esses homens, vivendo em sociedades construídas sobre a escravidão, a subordinação e a subserviência aparentemente natural, chegaram a imaginar homens nada parecidos com eles, e, em alguns casos, também mulheres, como iguais? Se pudéssemos compreender como isso veio a acontecer, compreenderíamos melhor o que os direitos humanos significam para nós hoje em dia.

Lynn Hunt. *A invenção dos direitos humanos*: uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 15-16 (com adaptações).

A respeito de aspectos linguísticos do texto precedente bem como das ideias nele veiculadas, julgue os próximos itens.

- 1 Mantendo-se a correção gramatical e a coerência das ideias do texto, o primeiro período do terceiro parágrafo poderia ser reescrito da seguinte maneira: **Aqueles que, com tanta confiança, declaravam, no final do século XVIII, que os direitos eram universais vieram a demonstrar que tinham algo muito menos inclusivo em mente, o que é ainda mais assustador.**
- 2 No texto, a autora põe em xeque o conceito de direitos humanos e demonstra duvidar da sua real aplicabilidade desde seu surgimento no século XVIII, mesmo que tenham sido assegurados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- 3 Dada a polissemia do vocábulo **homem**, seria possível interpretar que os direitos previstos no artigo 1.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão abrangeriam um grupo restrito de pessoas.
- 4 É coerente com as ideias do texto concluir que é necessária uma análise crítica acerca do contexto do surgimento das declarações de direitos do século XVIII, quando o conceito de “universal” recebeu interpretação conveniente a um grupo social específico, para uma melhor compreensão sobre a atual concepção de direitos humanos.
- 5 O questionamento feito pela autora no segundo parágrafo constitui um recurso de linguagem utilizado para verificar o entendimento do leitor quanto à argumentação por ela desenvolvida no texto.

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pego.

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão.

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, ou “receberá uma boa gratificação”. Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o açoitasse.

Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas, por ser instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfástio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir, também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem.

Machado de Assis. **Pai contra Mãe**. In: Machado de Assis. **Relíquias da casa velha**, 1906 (com adaptações).

Machado de Assis inicia o conto **Pai contra Mãe** — escrito em 1906 e publicado na coletânea **Relíquias da casa velha** —, mencionando “ofícios e aparelhos” da escravidão no Brasil. O conto aborda a história de Cândido Neves, personagem que trabalhava na captura de escravos fugidios. Considerando o fragmento desse conto apresentado anteriormente, julgue os itens a seguir.

- 6 Em “a sobriedade e a honestidade certas” (sexto período do primeiro parágrafo), a substituição de “certas” por **corretas** manteria a coerência das ideias do texto, visto que tais palavras têm o mesmo significado.
- 7 O autor justifica a citação do ferro ao pescoço, do ferro ao pé e da máscara por se associarem a determinado ofício.
- 8 No primeiro período do quarto parágrafo, a forma pronominal “lho” retoma os termos “Quem” e “escravo”.
- 9 A menção aos anúncios sobre escravos fugidios em folhas de jornais públicos tem como objetivo apontar a eficácia do sistema de captura de escravos fugidios no sistema escravagista do Brasil.
- 10 No segundo período do último parágrafo, a forma verbal “mantêm” está flexionada no plural porque estabelece concordância com os termos “lei” e “propriedade”.

No que se refere à redação oficial, julgue os itens a seguir.

- 11 Em ofício dirigido pelo ministro presidente do STJ ao ministro presidente do STF, deve-se empregar, no endereçamento, A Sua Excelência o Senhor, e, como vocativo, Senhor Ministro, por tratar-se de autoridades de mesma hierarquia.
- 12 A linguagem empregada nos documentos oficiais deve caracterizar-se pela precisão, atributo que inclui a articulação da linguagem comum ou técnica para a perfeita compreensão da ideia veiculada no texto.

A respeito dos princípios fundamentais constitucionalmente estabelecidos e dos partidos políticos, julgue os itens que se seguem.

- 13 Conforme disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), os partidos políticos submetem-se ao dever de prestar contas à justiça eleitoral e aos tribunais de contas.
- 14 Devido ao princípio da dignidade da pessoa humana, nem toda pessoa que seja presa deverá ser algemada no ato da prisão, ainda que esta se dê em flagrante delito.

Julgue os itens a seguir, referentes à organização político-administrativa dos estados-membros e a disposições gerais da CF acerca da administração pública.

- 15 Embora não se submetam ao mesmo regime jurídico dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, os empregados públicos ingressam no serviço público, em entidades da administração pública indireta, necessariamente mediante concurso.
- 16 Os estados-membros podem instituir aglomerações urbanas e microrregiões mediante lei complementar, mas não regiões metropolitanas, já que a criação destas últimas depende de decisão de cada município.

No que diz respeito ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

- 17 Caso tanto um juiz do trabalho de um tribunal regional do trabalho quanto um juiz de direito de um tribunal de justiça estadual se considerem competentes para julgar determinada ação relativa a direitos de trabalhadores, competirá originariamente ao STJ julgar o conflito de competência estabelecido entre os juízes.

Com base na Lei n.º 12.618/2012, que dispõe sobre o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, julgue os itens a seguir.

- 18 No caso de cessão de servidor público participante da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD) com ônus para o cessionário, este deverá recolher à respectiva entidade fechada de previdência complementar a contribuição aos planos de benefícios, nos mesmos níveis e condições devidas pelo patrocinador.
- 19 A remuneração e as vantagens de qualquer natureza dos membros das diretorias executivas das entidades fechadas de previdência complementar não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do STF.
- 20 A decisão do servidor de optar pela migração para o regime de previdência complementar é irrevogável e irretroatável.
- 21 É vedada a criação de fundação de previdência complementar que contemple os servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A respeito de administração pública direta e indireta, julgue o item a seguir.

22 Consórcio público pode ser constituído sob a forma de pessoa jurídica de direito privado ou de direito público.

Acerca do exercício da função pública pelos agentes públicos e de princípios e procedimentos relativos à licitação pública, julgue os itens seguintes.

23 Para o desempenho de funções de natureza permanente, correspondentes às atribuições de chefia, direção e assessoramento, não se exige que o agente público que as exercerá tenha sido admitido no serviço público mediante concurso público.

24 Com base no princípio da isonomia e da economicidade, a administração pública pode, nas compras, dar preferência para bens manufaturados que atendam a normas técnicas brasileiras, ainda que a capacidade de produção desses bens seja inferior à quantidade que se pretenda adquirir, desde que esteja previsto no edital que a compra da quantidade complementar de bens será feita por outro fornecedor.

À luz da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD) e da Resolução do STJ n.º 5/2023, julgue o próximo item.

25 Para o cumprimento da LGPD, que define encarregado como a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a autoridade nacional de proteção de dados, o diretor-geral da Secretaria do STJ é o encarregado pelo tratamento de dados pessoais nesse tribunal superior.

Acerca do processo administrativo federal, Lei n.º 9.784/1999, julgue o item subsequente.

26 Quando a lei exigir motivação para o ato administrativo, esta deverá ser explícita, clara e congruente, não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores.

Considerando o Decreto n.º 678/1992, que promulga a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), julgue os itens a seguir.

27 A Corte Interamericana de Direitos Humanos não exerce função de controle preventivo de convencionalidade.

28 A fim de garantir o direito à integridade pessoal e o direito à vida, o referido decreto prevê a readaptação social dos condenados como uma das finalidades essenciais da pena privativa de liberdade e veda aos Estados que aboliram a pena de morte o seu restabelecimento.

No que se refere aos direitos das pessoas com deficiência, à luz da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto n.º 6.949/2009), do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015) e da Resolução n.º 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça, julgue os itens que se seguem.

29 A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência prevê que os Estados-partes têm a obrigação de prover adaptação razoável para que as pessoas com deficiência privadas de sua liberdade façam jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a garantias de acordo com o direito internacional dos direitos humanos e recebam tratamento em conformidade com os objetivos e princípios estabelecidos na citada convenção.

30 A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi internalizada no Brasil com *status* normativo equivalente ao de emenda constitucional.

31 Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, as instituições privadas de ensino têm o dever de implementar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, sendo-lhes permitida a cobrança de valores adicionais para o cumprimento desse dever.

Considerando o Código de Conduta do STJ, julgue os itens a seguir.

32 A participação de servidores do STJ, em nome desse órgão, em concurso ou processo seletivo destinado à premiação de qualquer natureza não está condicionada à autorização prévia desse tribunal superior.

33 Compete à Ouvidoria submeter às autoridades competentes do STJ sugestões de aprimoramento do Código de Conduta do STJ.

34 A redução da subjetividade nas interpretações de normas jurídicas é prevista como parte de um dos objetivos do Código de Conduta do STJ.

35 Para realizar cópias de processos ou documentos pertencentes ao STJ, o servidor depende de prévia autorização da autoridade competente, ainda que as cópias sejam necessárias ao exercício das atribuições ordinárias do próprio servidor.

De acordo com o Regimento Interno do STJ, julgue os itens subsecutivos.

36 Os secretários das seções e das turmas do STJ são designados pelo presidente de cada um desses órgãos julgadores.

37 O Conselho da Justiça Federal (CJF) funciona junto ao STJ e tem a atribuição de realizar a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus.

38 O julgamento de todos os processos no STJ, à exceção apenas de *habeas corpus* e dos recursos em sede de *habeas corpus*, depende da sua inclusão prévia em pauta de julgamento.

39 A aprovação dos critérios para progressões e ascensões funcionais dos servidores da Secretaria do STJ é atribuição do Conselho de Administração.

Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens que se seguem.

- 40** A conduta de servidor de negar publicidade a atos oficiais configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- 41** O ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública só é passível de sanção se tiver gerado lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.
- 42** As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa aplicam-se aos atos de improbidade cometidos contra o patrimônio de entidades privadas que gozam de benefício fiscal concedido por ente público ou governamental.
- 43** A Lei de Improbidade Administrativa é aplicável àqueles que, mesmo não sendo agentes públicos, concorram culposamente para a prática de ato de improbidade.

Acerca da Agenda 2030 da ONU e do programa Transformação, instituído pela Resolução n.º 497/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue o item seguinte.

- 44** Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável previstos na Agenda 2030 da ONU, bem como as respectivas metas associadas, expressam o propósito de redução das diversas formas de degradação ambiental, por meio da gestão sustentável dos recursos naturais e da tomada de medidas urgentes sobre as mudanças climáticas, em benefício das gerações presentes e futuras.

A respeito da Política de Sustentabilidade do STJ, conforme a Instrução Normativa n.º 4/2024 do STJ/GDG, e da Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, consoante a Resolução n.º 400/2021 do CNJ, julgue os itens a seguir.

- 45** Promover ações para estimular o consumo consciente e propor ações para revisão e restrição do uso de itens materiais plásticos à base de polímeros originados de petróleo são exemplos de diretrizes do consumo sustentável no âmbito do STJ.
- 46** O conceito de sustentabilidade adotado na Política de Sustentabilidade do STJ circunscreve-se aos pilares social, ambiental e econômico.

Julgue os itens a seguir, em relação aos aplicativos MS Teams, OneDrive e MS SharePoint.

- 47** O MS SharePoint permite fazer alterações em um documento que está sendo editado de forma colaborativa, mantendo-se as versões anteriores do mesmo documento, as quais podem ser encontradas por meio de opção disponibilizada na guia Arquivos.
- 48** Quando gravadas, as reuniões realizadas pelo MS Teams são disponibilizadas via *chat* da reunião e ficam armazenadas no OneDrive do organizador da reunião.

A respeito da ciência de dados, julgue os próximos itens.

- 49** No PowerBI, ao utilizar o modo de exibição de Edição, qualquer usuário pode fazer modificações em um relatório compartilhado.
- 50** A opção Analisar no Excel do PowerBI permite que se analise um modelo semântico usando tabelas e gráficos dinâmicos.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca do pé torto congênito, julgue os itens subsequentes.

- 51** O método de Ponseti utiliza a articulação calcâneo-cuboidea como fulcro (ou apoio) ao realizar a correção gradual das deformidades.
- 52** As deformidades incluem equino do retropé, aduto do antepé, valgo do retropé (articulação subtalar) e cavo do antepé.
- 53** Meninos são mais frequentemente acometidos que meninas, e o acometimento bilateral ocorre em aproximadamente 50% de todos os casos.
- 54** A classificação de Pirani avalia cada critério levando em consideração a gravidade das deformidades, sendo estes critérios graduados entre 0, 1 ou 2 pontos, com pontuação máxima de 6 pontos.
- 55** O diagnóstico do pé torto congênito no recém-nascido baseia-se nos achados clínicos, não sendo obrigatório o uso de exames radiográficos para o diagnóstico.

No que se refere à displasia do desenvolvimento do quadril (DDQ), julgue os itens que se seguem.

- 56** Segundo a classificação de Graaf, a DDQ subtipo IIIb caracteriza-se por um ângulo entre 50° e 59°.
- 57** O quadril mais comumente afetado é o direito, pois é forçado em adução na posição fetal mais comum.
- 58** O achado mais confiável no exame físico para o diagnóstico tardio da displasia do desenvolvimento do quadril é a limitação de abdução do quadril acometido.
- 59** Há alta taxa de associação entre a displasia do desenvolvimento do quadril e outras anormalidades congênicas como torcicolo congênito e metatarso aduto.

A respeito da pseudoartrose congênita da tíbia, julgue os itens a seguir.

- 60** A consolidação da pseudoartrose é mais difícil de se obter no tipo II, segundo a classificação de Boyd.
- 61** Neurofibromatose tipo 2 tem forte associação com pseudoartrose congênita da tíbia, correspondendo a mais de 50% dos casos.

Acerca do pé tálus vertical, julgue os itens subsequentes.

- 62** A técnica de Dobbs é a primeira linha de tratamento, especialmente nas crianças mais novas, sendo realizadas manipulações gessadas seriadas.
- 63** Clinicamente, a deformidade clássica apresenta equino e valgo do retropé, associada a adução e extensão do antepé.

Acerca da polidactilia pré-axial, julgue o item abaixo.

- 64** O tipo mais comum de duplicação do polegar, segundo a classificação de Wassel, é o tipo IV, e qualquer padrão de duplicação associada ao polegar trifalângico será considerado tipo VII.

A respeito da sindactilia das mãos, julgue os itens a seguir.

- 65** A sindactilia pode ser classificada em completa, quando há fusão óssea, e incompleta, quando há fusão somente pela pele.
- 66** A frequência de acometimento dos espaços interdigitais se dá na seguinte ordem decrescente: terceiro (mais comum), segundo, quarto e, por último, primeiro espaço interdigital.

Quanto às infecções osteoarticulares na população pediátrica, julgue os itens subsequentes.

- 67** Os achados típicos da osteomielite na ressonância magnética são hipossinal medular nas imagens ponderadas em T1 e hiperssinal nas ponderadas em T2.
- 68** O agente etiológico mais comum nas infecções osteoarticulares é o *Streptococcus pneumoniae*.
- 69** Quando indicado tratamento cirúrgico pelo acesso anterior ao quadril, o primeiro intervalo muscular a ser identificado após a incisão de pele é o intervalo entre o músculo sartório e o músculo glúteo médio.
- 70** As articulações mais comumente acometidas na artrite séptica são quadril e joelho, sendo o quadril responsável por até 54% dos casos.

Acerca de osteocondroses dos membros superior e inferior, julgue os itens subsequentes.

- 71** A doença de Panner se diferencia da osteocondrite dissecante do capitulo por ter apresentação abaixo dos dez anos de idade e curso clínico limitado com resolução espontânea, embora ambas acometam a mesma região anatômica.
- 72** O procedimento de Bosworth consiste na inserção de cavilhas ósseas na tuberosidade anterior da tíbia e faz parte do tratamento cirúrgico da doença de Sinding-Larsen-Johansson.
- 73** Nos casos suspeitos de doença de Iselin, um diagnóstico diferencial importante a ser estabelecido é com o *vesalianum*.
- 74** A osteocondrose da base do segundo metatarso é conhecida como doença de Freiberg.
- 75** A doença de Kohler, ou osteocondrose do navicular, tipicamente surge antes dos seis anos de idade e é quatro vezes mais comum em meninos que em meninas.

A respeito das doenças osteometabólicas, julgue os itens que se seguem.

- 76** Segundo a classificação de Silence para osteogênese imperfeita, o tipo IV é de gravidade moderada, tipicamente com a esclera azulada e podendo ou não haver dentinogênese imperfeita.
- 77** A doença de Paget pode se manifestar radiograficamente com esclerose óssea, espessamento da cortical e do trabeculado ósseo.
- 78** O diagnóstico do tumor marrom do hiperparatireoidismo se baseia somente na histologia obtida pela biópsia, sendo os marcadores laboratoriais dispensáveis.

Julgue os próximos itens, relativos às patologias ortopédicas.

- 79** O tratamento da osteoartrose da coluna lombar pode ser cirúrgico, principalmente quando existe comprometimento neurológico progressivo, como perda de força e claudicação, mas, na ausência de sintomas neurológicos, o tratamento de escolha inicial não é cirúrgico, mesmo na presença de dor intensa.
- 80** Sempre se deve considerar, em caso de lombalgia, um diagnóstico diferencial de neoplasia: embora as neoplasias ósseas primárias correspondam a menos de 10% de todas as neoplasias, até 70% de todas as pessoas que falecem devido a neoplasias têm comprometimento ósseo.
- 81** O exame físico e a história clínica são frequentemente suficientes para levantar a suspeita de um tumor ósseo, porém exames de imagem são importantes para o diagnóstico diferencial e o estadiamento de um tumor ósseo.
- 82** Considerando-se que tumores ósseos são predominantemente encontrados em indivíduos mais velhos, dor óssea em indivíduos com idade entre 10 e 15 anos não devem ser investigadas com raios X, já que geralmente são decorrentes de sobrecargas mecânicas e essas pessoas não devem ser expostas a radiação.
- 83** A tomografia computadorizada é considerada superior à ressonância magnética para estadiamento local dos sarcomas ósseos, por serem constituídos por tecido ósseo.

Julgue os próximos itens, relativos a patologias ortopédicas.

- 84** A classificação de Kellgren e Lawrence é muito usada para a gradação radiográfica da osteoartrose: no grau IV, há severa esclerose, deformidade do contorno ósseo e muito comprometimento da mobilidade devido aos grandes osteófitos presentes.
- 85** Para se definir o tratamento para coxartrose, é imprescindível o adequado estadiamento radiológico, tendo em vista que, em casos muito avançados, provavelmente será necessário realizar artroplastia.
- 86** O exame físico e a história clínica são muito importantes para o tratamento de dor articular, podendo os diagnósticos realizados por imagens revelar condropatias/osteoartrose que não necessariamente são responsáveis pela dor do paciente.
- 87** Corticoides intra-articulares não devem ser usados repetidamente em caso de dor moderada gerada por artrose de joelho porque, apesar de possuir uma propriedade analgésica e anti-inflamatória local importante, essas substâncias podem aumentar a perda de cartilagem.
- 88** A presença de nódulos de Bouchard praticamente descarta o diagnóstico de osteoartrite de mão e sugere diagnóstico de artrite reumatoide.
- 89** A presença de osteoartrose em um homem de 37 anos de idade requer uma investigação mais aprofundada, pois provavelmente se trata de uma osteoartrose secundária.
- 90** O tratamento da osteoartrose é multifatorial e o objetivo é reduzir a dor, reestabelecer o número e a qualidade dos condrocitos, melhorar a função articular para que o paciente possa exercer suas atividades de vida diária e as atividades físicas desejadas.
- 91** No tratamento de gonartrose, infiltrações com ácido hialurônico são preconizadas desde o início, para se obter uma reconstrução mais efetiva da cartilagem.
- 92** São considerados possíveis fatores etiológicos da osteoartrose obesidade, idade, sexo, lesões articulares prévias, histórico familiar, alterações biomecânicas como mau alinhamento articular e doenças metabólicas.

Paciente de 67 anos de idade, do sexo feminino, previamente hígida e sem comorbidades, apresenta história de queda ao solo e dor em quadril esquerdo. Radiografia da bacia evidencia fratura de colo femoral com traço completo e sem desvio.

Considerando o caso clínico descrito, julgue os itens a seguir.

- 93** Caso essa paciente seja deambuladora comunitária, o melhor tratamento será artroplastia total do quadril.
- 94** Essa fratura é classificada por Garden como tipo II.
- 95** O melhor tratamento para esta paciente é fixação *in situ* com parafusos canulados.

Paciente, 73 anos de idade, vítima de colisão carro contra carro, com trauma em coluna cervical refere mecanismo de flexo-extensão exagerado. Após a realização dos exames de imagem, foi verificada uma fratura de processo odontoide tipo II de Anderson e D'Alonzo.

A respeito desse caso clínico e dos múltiplos aspectos a ele relacionados, julgue os itens subsequentes.

- 96** As fraturas do processo odontoide são mais frequentes no sexo feminino.
- 97** As fraturas do processo odontoide correspondem à fratura cervical mais comum na população com mais de 70 anos de idade.
- 98** Os fatores de risco para pseudoartrose são desvio inicial maior do que 4 a 6 mm, angulação maior do que 10 graus e retardo no diagnóstico.
- 99** As fraturas de odontoide do tipo II da classificação de Anderson e D'Alonzo são mais estáveis que as fraturas do tipo III, e o tratamento pode ser feito de forma conservadora ou cirúrgica.

Atleta de futebol, sexo masculino, 29 anos de idade, refere que há 3 meses apresentou entorse do joelho direito, evoluindo com dor, edema e bloqueios articulares esporádicos desde então. Apresenta hipotrofia muscular do quadríceps direito, estabilidade ligamentar em todos os testes realizados e manobras de McMurray, Thessaly e Steinmann positivas para menisco medial.

A partir do caso clínico precedente, julgue os itens subsequentes.

- 100** O tratamento das lesões do corno posterior segundo a técnica tudo dentro (*all-inside*) constitui uma contraindicação relativa, devido à dificuldade em alcançar a lesão com essa técnica.
- 101** A ressonância magnética nuclear é eficiente em detectar lesões do menisco e eficaz em prever o reparo dessas lesões.
- 102** Entre as técnicas de reparo meniscal, a técnica de dentro para fora (*inside-out*) é o padrão ouro, já que permite a fixação sólida e reprodutível das lesões nos terços médios e posteriores dos meniscos.

Paciente de 57 anos de idade foi vítima de tiro de espingarda a curta distância há 3 horas em mão direita. Apresenta enchimento capilar fraco, parestesia, atividade motora diminuída e ausência de pulso no Doppler. Pressão arterial instável no campo, porém responde aos fluidos intravenosos.

Considerando esse caso clínico, julgue os itens que se seguem.

- 103** O paciente do caso clínico em tela se enquadra no grupo de isquemia leve.
- 104** O trauma consiste na indicação mais comum para amputação de pacientes na faixa etária de 50 a 75 anos.
- 105** A escala de gravidade de mutilação da extremidade (MESS) classifica a lesão com base na energia que a causou, na isquemia do membro, no choque e no tempo de lesão, não sendo a idade um dos fatores.

Paciente do sexo masculino, 32 anos de idade, vítima de capotamento, apresenta dor na região pélvica e andar inferior do abdome, além de mobilidade anormal a compressão lateral da bacia. Membros com boa perfusão distal e sem deformidades, ausência de sangramento uretral ou de sangue ao toque retal. Radiografia em AP do anel pélvico demonstrou disjunção da sínfise púbica maior que 3 cm.

Considerando o caso clínico apresentado, julgue os itens seguintes.

- 106** As fraturas em livro aberto são consideradas parcialmente instáveis, uma vez que existe estabilidade no plano vertical.
- 107** As duas incidências complementares a radiografia em AP são a *inlet view* e *outlet view*, que são de fácil realização, pois não há necessidade de mobilizar o paciente.
- 108** O provável e principal mecanismo de trauma para essa lesão foi uma compressão lateral.

Paciente de 27 anos de idade, vítima de colisão carro contra carro, foi atendida com trauma de alta energia em membro superior esquerdo. Apresenta fratura exposta da porção diafisária do úmero esquerdo com extensas lacerações nos tecidos moles (maior que 10 cm) com cobertura óssea adequada, perfusão preservada em extremidades e lesão completa do nervo radial.

Tendo o caso clínico precedente como referência, julgue os próximos itens.

- 109** A classificação de Tscherne tem sido considerada mais acurada e específica do que a classificação de Gustilo como preditora de infecção em fraturas expostas.
- 110** É universalmente aceito que a administração intravenosa de antibióticos deve ser realizada somente após o desbridamento cirúrgico e coleta de material para cultura.
- 111** Segundo a classificação de Tscherne das lesões abertas de partes moles, essa fratura pode ser classificada como grau III (Fr. O 3).
- 112** Trata-se do tipo IIIC de Gustilo e Anderson.

Com base no Código de Ética Médica (Resolução CFM n.º 2.217/2018), julgue os itens a seguir.

- 113** O médico pode, em situações excepcionais, realizar procedimentos médicos em si mesmo, desde que haja risco iminente de morte e não haja outro médico disponível.
- 114** O médico pode se recusar a atender um paciente em caso de urgência ou emergência, desde que haja outro médico disponível.
- 115** Em casos de doenças incuráveis e terminais, o médico pode suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do paciente, desde que obtenha consentimento prévio do próprio paciente ou, em caso de incapacidade de julgamento do paciente no momento, de seu representante legal.
- 116** É permitido ao médico delegar a outros profissionais atos ou atribuições exclusivas da profissão médica, desde que sob sua supervisão direta.
- 117** O médico pode realizar pesquisas em seres humanos utilizando placebo de forma isolada, mesmo quando houver tratamento eficaz disponível, desde que o paciente consinta.

Com relação à conduta médico-pericial e aos principais documentos médicos legais, julgue os próximos itens.

- 118** Um médico diverso do que prestou o atendimento inicial pode emitir atestado médico de forma retroativa caso o paciente justifique a necessidade do documento com data anterior, desde que a data e as informações do atendimento constem do prontuário médico.
- 119** O médico pode revelar informações confidenciais obtidas durante o exame médico de trabalhadores, caso solicitado por seus superiores hierárquicos.
- 120** É permitido ao médico opor-se à realização de junta médica ou à solicitação de segunda opinião pelo paciente ou por seu representante legal, caso o paciente discorde da conduta médica previamente estabelecida.

Espaço livre